

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1002830-82.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Enriquecimento sem Causa**  
 Requerente: **JULIO APARECIDO DONATO**  
 Requerido: **Companhia Paulista de Força e luz**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****PROCESSO Nº 1002830-82.2014**

Vistos.

**JULIO APARECIDO DONATO** ajuizou a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE RESTITUIÇÃO DE VALORES POR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO** em face de **COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**, todos devidamente qualificados nos autos.

Em síntese, informa o autor, que tinha um barracão onde trabalhava com “ferro velho”, e necessitou adquirir uma máquina para derreter materiais plásticos. Alega que para alimentar referida máquina, instalou na frente de seu estabelecimento, um poste e um transformador de alta tensão. Ocorre que o estabelecimento fechou e o autor não teve como levar o transformador, pois o equipamento foi incorporado ao patrimônio da requerida e atualmente fornece energia para população daquele local. Pediu a restituição dos valores gastos.

A inicial veio instruída por documentos. (fls. 5/16).

Devidamente citada à empresa requerida apresentou contestação, alegando preliminarmente inépcia da ação, como prejudicial de mérito alegou prescrição. No mérito impugnou os documentos juntados pelo autor e argumentou que não são suficientes para provar o alegado. No mais rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sobreveio réplica. (fls. 63/64).

Pela decisão de fls.87, foi solicitado ao autor, que comprovasse quando encerrou suas atividades no barracão e o valor que despendeu para aquisição do poste com transformador. As fls.90/91, autor peticionou informando o solicitado.

Inquiridos pelo juízo, as partes manifestaram interesse em prova pericial as fls. 100 e 127/128.

As fls. 117/121, a empresa requerida, interpôs Embargos Declaratórios, que foram rejeitados pela decisão de fls. 123/124.

Laudo Pericial as fls. 151/162.

Manifestação das partes sobre o laudo pericial as fls. 167/168 e 169/170.

Eis o relatório.

**DECIDO** no estado por entender completa a cognição e diante do que nos foi aclarado pela perícia oficial.

Vistoriando o local, o louvado oficial verificou que aproximadamente 10 metros acima do barracão onde funcionava o estabelecimento do autor – e não em frente a ele - há um poste de transformação com os seguintes dados e componentes:

- Poste de concreto 11x400 (400DAN) fabricado no ano de 1979, conforme plaqueta de identificação (foto 06).
- 2 estruturas primárias (3 cruzetas) mais acessórios
- 3 para raios poliméricos (N1)
- 3 chaves corta circuito (nas ETRNs)
- **Transformador de 45KVA** a óleo nº 167493-3-45 (fotos 02 e 03)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

- Número do posto de transformação = 156.633  
(não muda)
- Braço de iluminação pública com lâmpada de valor de sódio de 70N
- Acessórios de fixação

É certo, ainda, que aludido posto de transformação atende 16 clientes, sendo 05 barracões e 4 casas do lado par da numeração e 9 casas do lado ímpar da numeração.

Também é correto afirmar que pelas telas do sistema da requerida no ano de 2004 o autor solicitou a substituição de um transformador de 30 KVA para um transformador de 45 KVA, mesma capacidade do que existe atualmente no local.

*“Ocorre que, desde a Resolução ANEEL 233 acordo com a Resolução ANEEL 233/2003 (art. 3º), alterada posteriormente pela Resolução ANEEL 414/2010 (art. 41), a concessionária deve atender, sem qualquer ônus para o solicitante, pedido de nova ligação para unidade consumidora com carga instalada menor ou igual a 50KW” (textual fls. 155).*

Assim, não há como admitir que tenha havido algum custo para o autor na referida instalação..

Ou seja, a ré atendeu ao pedido do cliente (no caso o autor) sem custo para o mesmo.

Como se tal não bastasse, **não é dado à particulares instalar equipamentos fora do ambiente a partir do medidor de energia, mas apenas internamente, observando os limites dos próprios imóveis.**

Bem por isso o vistor concluiu categoricamente não restar “qualquer dúvida de que o posto de transformação objeto da perícia é de propriedade da concessionária requerida e não do autor”.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Cabe, por fim, ressaltar que **os orçamentos exibidos a fls. 09 não correspondem ao que se tem no local**; indicam um poste de 1000 DAN, sendo que o poste existente no local é de 800DAN; relacionam 4 cruzetas de madeira, sendo que são somente 3 para este tipo de poste; indicam 8 mãos francesas, sendo que são somente 5 para este tipo de poste; indicam 2 transformadores para um único poste, um de 300KVA e outro de 225 KVA, sendo que no local existe apenas um transformador 45 KVA, cabendo informar que a CPFL somente atende clientes até 75KVA.

**Em suma: se o autor pagou algo à empresa Eletro Hidráulica Águia Branca Ltda correspondente à instalação do posto de transformação, seja por material ou por mão de obra, certamente o fez de modo indevido ou desnecessariamente, e não pode, agora, querer impor à ré qualquer indenização.**

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial e condeno o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da condenação, observando-se ser ele beneficiário da justiça gratuita.

Transitada em julgado esta decisão, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo definitivo.

Publique-se e intuem-se.

São Carlos, 21 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**

**1002830-82.2014.8.26.0566 - lauda 4**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**